

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.009

## EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM CAMINHO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA?

Diaico dos Santos Rosa<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo discute a educação integral como um meio para a emancipação humana, fundamentando-se na teoria crítica de Theodor Adorno. A pesquisa analisa como a instrumentalização da educação nas sociedades contemporâneas compromete a formação crítica dos indivíduos, tornando-os suscetíveis à alienação e à manipulação ideológica. O referencial teórico-metodológico baseia-se na obra de Adorno, especialmente em *Educação e Emancipação* (2000) e na *Dialética do Esclarecimento* (1985), escrita em coautoria com Max Horkheimer. O estudo destaca que Auschwitz não foi um episódio isolado, mas um sintoma da regressão social contida na própria modernidade. Adorno argumenta que a educação deve ser orientada para a autorreflexão crítica, o desenvolvimento da autonomia e a resistência ao autoritarismo, prevenindo a repetição da barbárie. Os principais resultados apontam para a necessidade de uma escola que transcenda a mera transmissão de conteúdos curriculares e se constitua como um espaço de reconstrução das experiências sociais, fortalecimento da cidadania e promoção do diálogo democrático. Além disso, a pesquisa identifica que a fetichização da técnica e a obediência cega às normas sociais favorecem a desumanização e a indiferença ao sofrimento alheio, elementos que possibilitaram tragédias históricas como o Holocausto. Conclui-se que a educação integral, ao cultivar

1 Doutorando do Curso de Educação da Universidade Federal de São Paulo-SP, diaico.s@hotmail.com;

a consciência moral e a solidariedade, desempenha um papel fundamental na prevenção da repetição da barbárie e na formação de cidadãos críticos e éticos.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica, Emancipação, Autonomia, Educação.

## INTRODUÇÃO

Na busca por elaborar um projeto de emancipação humana nas sociedades contemporâneas, surge a necessidade fundamental de preservar as condições da experiência formativa e do contato genuíno com o outro, mesmo diante do domínio pervasivo da técnica e da tecnologia nas relações sociais. Conforme alerta Adorno, a racionalidade instrumental, quando absolutizada, converte o humano em mero objeto de cálculo e controle, corroendo a capacidade de reflexão crítica e de resistência frente às formas sutis de dominação. A intensificação dos processos de racionalização e a expansão das formas de controle social têm reforçado uma lógica padronizadora, que tende a reduzir a educação a resultados mensuráveis e utilitaristas, transformando-a em um mecanismo de adaptação ao sistema vigente em vez de um espaço de formação crítica e de construção de subjetividades autônomas. Nesse cenário, a experiência pedagógica corre o risco de ser esvaziada de sentido, convertendo-se em mera reprodução de competências funcionais e atendendo prioritariamente às demandas do mercado de trabalho e às expectativas da performance produtivista.

Esse processo de tecnificação da educação, ao reduzir a complexidade da formação humana a indicadores de desempenho e metas quantitativas, ameaça inviabilizar o desenvolvimento da autonomia, da sensibilidade e da autorreflexão, aspectos indispensáveis para a construção de uma sociedade emancipada. Ao mesmo tempo, a lógica da padronização, típica das sociedades administradas, tende a suprimir a diversidade, a singularidade e o pensamento divergente, elementos essenciais à vida democrática e à constituição de sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade social. Dessa forma, a educação perde seu potencial de resistência e criação, sendo capturada por finalidades previamente definidas que neutralizam sua dimensão ética, crítica e criadora.

Diante desse cenário, emergem questões centrais que desafiam o campo educacional: como garantir que a experiência educativa não seja

impedida por critérios exclusivamente instrumentais que subordinam o ato de ensinar e aprender a métricas de eficiência? Como assegurar que a diversidade, enquanto expressão da pluralidade humana e condição para o diálogo democrático, não seja suprimida em favor da homogeneização imposta por modelos pedagógicos normativos? De que maneira evitar que os processos formativos sejam reprimidos em prol da adequação a padrões de desempenho previamente estabelecidos, preservando, ao mesmo tempo, a dimensão dialógica, emancipatória e humanizadora da educação? Essas indagações orientam a necessidade de pensar uma pedagogia que resista à instrumentalização da formação e reafirme a centralidade do encontro intersubjetivo, da reflexão crítica e da construção de autonomia como pilares de um projeto de sociedade verdadeiramente democrática e emancipatória.

A reflexão de Theodor Adorno, em sua análise aprofundada sobre os horrores de Auschwitz, apresenta-se como um marco essencial para enfrentar tais desafios. Segundo o filósofo, a primeira exigência de qualquer projeto educacional verdadeiramente emancipatório consiste em assegurar que tais atrocidades não se repitam. Adorno enfatiza que, embora muitos tenham considerado o Holocausto um episódio isolado e desolador na história do progresso humano, a monstruosidade de Auschwitz revelou, na realidade, uma tendência social profunda, enraizada no próprio processo civilizatório moderno (ADORNO, 2000). Tal constatação conduz à compreensão de que as condições sociais que possibilitaram o genocídio não foram circunstanciais, mas expressam sintomas de uma regressão potencial à barbárie.

A discussão em torno da educação integral, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como uma proposta de reorganização curricular ou ampliação do tempo escolar. Ela exige uma análise crítica de suas possibilidades e limites como prática voltada à formação de sujeitos autônomos e moralmente responsáveis. Para Adorno, pensar a relação entre educação e prevenção de novas catástrofes humanas implica compreender a centralidade da autorreflexão crítica. Em um cenário no qual as

pressões da civilização se intensificam, a educação deve contrapor-se ao mal-estar cultural que atravessa todas as esferas da vida social. Esse mal-estar, como ressalta o autor, alimenta ressentimentos e formas irracionais de violência, facilmente manipuláveis contra bodes expiatórios (ADORNO, 2000). A história das perseguições, portanto, revela que a violência tende a dirigir-se aos considerados socialmente frágeis, evidenciando a urgência de uma educação que, desde a infância, promova a sensibilidade ética e a consciência do risco representado pelo autoritarismo e pela ausência de autodeterminação.

Nesse horizonte, torna-se indispensável conceber a educação integral não como um mero instrumento de adaptação social ou de adequação às exigências do mercado produtivo, mas como um espaço privilegiado de resistência à barbárie e de promoção da autonomia humana. Em sociedades marcadas por processos de reificação e alienação, a escola que se limita à formação técnica ou utilitarista contribui para a perpetuação de sujeitos heterônomos, incapacitados de questionar as estruturas opressoras que os circundam. À luz da Teoria Crítica, particularmente a partir das reflexões de Theodor

Adorno, a educação deve assumir um papel emancipatório, na medida em que rompe com a lógica da formação voltada unicamente para a funcionalidade sistêmica e passa a promover a autorreflexão, a sensibilidade ética e o engajamento crítico. Para contrapor-se aos dilemas do presente, Adorno afirma ser essencial não apenas combater os coletivos alienados e sua manipulação pelas engrenagens ideológicas da indústria cultural, mas, sobretudo, estimular a formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre sua inserção no mundo e de resistir às formas sutis de dominação simbólica. Desse modo, somente o desenvolvimento da autonomia e da consciência moral pode reduzir as possibilidades de repetição de experiências desumanizadoras como Auschwitz, que, longe de representar um acontecimento isolado na história, evidencia a capacidade destrutiva de uma sociedade que abdica da formação crítica em prol da obediência cega e da racionalidade instrumental.

Assim, este artigo tem como escopo discutir a complexidade e a urgência de um projeto educacional que não instrumentalize a formação, mas que promova a consciência crítica, a responsabilidade social e a capacidade de reconhecer no outro a condição de humanidade. Considera-se que a educação integral, quando compreendida em sua dimensão ontológica e ética, deve abarcar a totalidade do ser, articulando razão, sensibilidade, corporeidade e sociabilidade em um processo formativo que vise à emancipação e à construção de sujeitos autônomos. Nesse sentido, a função da escola deve ultrapassar o papel restrito de transmissora de conteúdos, configurando-se como um espaço de reconstrução das experiências sociais, de promoção do diálogo democrático e de fortalecimento dos vínculos humanos indispensáveis para a construção de uma coletividade emancipada. Trata-se, portanto, de conceber a escola como um locus de resistência cultural e de produção de significados compartilhados, no qual o conhecimento não se reduz à reprodução de saberes hegemônicos, mas se converte em ferramenta de interpretação crítica da realidade e de transformação social. Essa perspectiva implica compreender que a formação integral não se efetiva por meio de práticas pedagógicas normativas e disciplinadoras, mas por meio de experiências educativas que valorizem a escuta, a alteridade, a participação ativa e o desenvolvimento da consciência histórica e ética dos sujeitos.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e hermenêutico-crítica, desenvolvida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas que problematizam a relação entre educação, sociedade e emancipação, com destaque para os escritos de Theodor W. Adorno e comentadores da teoria crítica. Tal abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais que não podem ser reduzidos a dados quantitativos, uma vez que envolvem dimensões subjetivas, éticas, políticas e

culturais do processo formativo. A vertente hermenêutico-crítica, por sua vez, foi assumida como via de leitura interpretativa e reflexiva dos textos, buscando não apenas compreender o dizer dos autores, mas também desvelar as contradições do presente e tensionar os sentidos atribuídos à educação no contexto das sociedades pós-Auschwitz.

O percurso metodológico consistiu no levantamento, seleção e sistematização de livros, artigos científicos e ensaios filosófico-pedagógicos em bases acadêmicas reconhecidas, tais como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, que abordam categorias centrais como educação integral, autonomia, emancipação humana, barbárie e autorreflexão crítica. A análise documental foi conduzida a partir da obra Educação e Emancipação (ADORNO, 2000), considerada eixo teórico estruturante para a discussão sobre educação crítica e resistência à barbárie, bem como de textos correlatos que dialogam com os fundamentos da teoria crítica. Para a sistematização do conteúdo, adotou-se a técnica de análise de conteúdo temática, com o intuito de identificar conceitos recorrentes, categorias analíticas centrais e possíveis nexos entre os fundamentos teóricos e os desafios educacionais contemporâneos.

A interpretação hermenêutica dos textos permitiu compreender os sentidos atribuídos por Adorno à educação como prática de resistência à barbárie e como possibilidade de formação para a autonomia, destacando a centralidade da autorreflexão crítica no processo formativo. Paralelamente, a articulação com a educação integral possibilitou aprofundar a discussão sobre sua função no cenário atual, especialmente no que tange à construção de sujeitos emancipados e conscientes de sua responsabilidade ética perante a coletividade. Dessa forma, o método adotado buscou assegurar rigor na investigação teórica e coerência na construção argumentativa, articulando criticamente os referenciais conceituais à realidade educacional contemporânea. Em suma, a pesquisa se propôs a discutir a educação integral como caminho para a emancipação humana, iluminando-a à luz dos pressupostos da teoria crítica adorniana

e reafirmando seu papel civilizatório em tempos de ameaça à dignidade humana.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PROJETO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Como conceber um projeto de emancipação humana nas sociedades contemporâneas? Como manter as condições objetivas da experiência formativa no contato com o outro e na abertura à história, em contextos onde a técnica e a tecnologia dominam as dinâmicas de relação? Como garantir que a experiência não seja bloqueada e que a diversidade não seja reprimida em favor da padronização da sociedade administrada? Como evitar a repressão dos processos formativos em benefício de resultados previamente planejados?

Adorno pontua que a primeira exigência para um projeto de educação emancipatória é garantir que “Auschwitz não se repita”, considerando que “a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, um sintoma da persistência da possibilidade de repetição, dependendo do estado de consciência e inconsciência das pessoas” (ADORNO, 2000, p. 119).

Ele afirma:

Milhões de pessoas inocentes [...] foram assassinadas de uma maneira planejada. Isto não pode ser minimizado por nenhuma pessoa viva como sendo um fenômeno superficial, como sendo uma aberração no curso da história, que não importa, em face da tendência dominante do progresso, do esclarecimento, do humanismo supostamente crescente. O simples fato de ter ocorrido já constitui por si só expressão de uma tendência social imperativa. (ADORNO, 2000, p. 120).

Adorno aponta que a monstruosidade presente no estado de consciência e inconsciência das pessoas, revelada em situações extremas como o extermínio dos judeus nos campos de concentração nazistas, constitui um indicativo perturbador da persistência da possibilidade de

repetição da barbárie. Tal monstruosidade não emerge de forma espontânea, mas é produzida socialmente por um sistema que, sob a aparência de racionalidade e progresso, esvazia a sensibilidade humana e legitima a reificação do outro. Nesse sentido, Auschwitz pode ser compreendido como expressão emblemática da regressão monstruosa da civilização, evidenciando que os processos civilizatórios, quando desvinculados da ética e da autorreflexão, podem transformar-se em mecanismos de destruição massificada.

A possibilidade de repetição de episódios como Auschwitz não se refere apenas à existência do fato em si como um modelo histórico, mas principalmente às motivações e condições sociais que conduzem indivíduos à participação no indescritível. Trata-se de compreender que o genocídio não foi obra de indivíduos isolados, mas produto de uma estrutura social administrada que promoveu a obediência cega, o conformismo e a naturalização da violência. A barbárie, assim, não é um evento excepcional ou anômalo, mas uma potencialidade latente em sociedades que transformam seres humanos em meios para fins e submetem a vida à lógica da eficiência técnica.

Nesse horizonte, o autor adverte que a civilização, ao mesmo tempo em que se apresenta como promessa de progresso, gera e fortalece progressivamente seu oposto: o anticivilizatório. A barbárie, portanto, encontra-se contida no próprio princípio da civilização moderna, sendo constitutiva – e não meramente acessória – do processo civilizatório. Essa dialética entre civilização e barbárie revela-se no momento em que a racionalidade instrumental, orientada exclusivamente para fins utilitaristas, converte-se em racionalidade destrutiva, tornando possível que crimes inomináveis sejam executados sob a justificativa da ordem, da disciplina e da funcionalidade.

Assim, reconhecer a barbárie como elemento imanente à civilização implica admitir que sua prevenção depende de um trabalho educativo contínuo de autocrítica e de reconstrução da sensibilidade humana. A educação, nesse contexto, assume a tarefa de evitar a regressão da huma-

nidade ao estado de indiferença e violência, promovendo a autonomia, a empatia e a autorreflexão como bases para uma sociedade verdadeiramente emancipatória.

A invenção da bomba atômica, capaz de matar centenas de milhares literalmente de um só golpe, insere-se no mesmo nexu histórico que o genocídio. Tornou-se habitual chamar o aumento súbito da população de explosão populacional: parece que a fatalidade histórica, para fazer frente à explosão populacional, dispõe também de contra explosões, o morticínio de populações inteiras. Isto só para indicar como as forças às quais é preciso se opor integram o curso da história mundial (ADORNO, 2000, 121).

Nota-se, então, que não é suficiente limitar-se à exaltação das qualidades positivas das minorias perseguidas, tampouco reduzir a problemática à denúncia pontual das motivações mesquinhas ou irracionais dos perseguidores. Embora tais iniciativas possam contribuir parcialmente para a sensibilização social, elas permanecem insuficientes se não forem acompanhadas de um processo mais amplo e profundo de conscientização crítica. Para Adorno, a tarefa educativa que se coloca diante da ameaça constante de regressão à barbárie exige a compreensão dos mecanismos psicológicos, sociais e culturais que produzem sujeitos propensos à violência, à heteronomia e à identificação cega com autoridades autoritárias.

Nesse sentido, a educação emancipatória deve desvelar os processos que naturalizam a discriminação, a estigmatização e a desumanização de grupos sociais, mostrando como essas práticas estão inseridas em uma lógica societal que favorece a adaptação acrítica e a instrumentalização das relações humanas. Tal conscientização não se reduz à transmissão de informações sobre injustiças passadas, mas implica uma formação para a autorreflexão, na qual os indivíduos se reconheçam como potenciais agentes tanto da manutenção quanto da superação da barbárie. Trata-se de desenvolver uma sensibilidade ética que permita identificar, questionar e resistir às estruturas de dominação que produzem o ódio e a segregação.

Portanto, a luta contra a barbárie não pode ser construída apenas a partir da valorização moral das vítimas ou da condenação superficial dos

algozes, mas deve fundar-se na análise crítica das condições históricas e sociais que permitem a reincidência do horror. A reeducação da consciência torna-se indispensável para impedir que as mesmas forças que conduziram a Auschwitz se reinstalem sob novas formas. Desse modo, a educação crítica deve comprometer-se com a construção de uma sociedade capaz de reconhecer a dignidade humana em sua integralidade e de resistir à repetição do passado traumático.

Ele afirma:

Culpados não são os assassinos [...]. Culpados são os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles (neste caso, os judeus) seu ódio e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias (ADORNO, 2000, p. 121).

Neste ponto se encontra o significado essencial da educação voltada para a prática da autorreflexão crítica, elemento central no projeto de emancipação delineado por Theodor W. Adorno. Para o filósofo, a educação só pode ser efetivamente transformadora quando fomenta nos sujeitos a capacidade de pensar autonomamente, questionar as estruturas de dominação e reconhecer os mecanismos ideológicos que sustentam as formas de opressão na modernidade tardia. Adorno argumenta que, à medida que a pressão civilizatória se torna insuportavelmente intensa — marcada pela competitividade exacerbada, pelo individualismo e pela mercantilização das relações humanas —, a educação deve contrapor-se ao mal-estar da cultura que se dissemina por todas as esferas da vida social. Esse mal-estar, longe de ser apenas psicológico, tem raízes sociais e históricas, sendo expressão de uma racionalidade que subordina a vida à lógica da eficiência e do controle.

Nesse contexto, Adorno menciona a sensação de claustrofobia vivida pelas pessoas no mundo administrado, caracterizada pelo sentimento de aprisionamento em situações socialmente impostas e pela percepção de ausência de escapatória nas redes densamente interconectadas que compõem a vida contemporânea. Trata-se de uma experiência de

confinamento simbólico, na qual os indivíduos, submetidos a pressões constantes de produtividade e conformidade, perdem a capacidade de imaginar alternativas sociais e existenciais. Esse mal-estar generalizado, quando não elaborado criticamente, converge para a intensificação de ressentimentos e formas difusas de raiva contra a própria civilização. Tal indignação, no entanto, frequentemente carece de direção consciente e torna-se terreno fértil para manipulações políticas, canalizando-se em rebeliões violentas, irracionais e destrutivas que elegem bodes expiatórios específicos – geralmente minorias, grupos vulneráveis ou sujeitos simbolicamente construídos como inimigos.

Por essa razão, a educação crítica torna-se um mecanismo fundamental de contenção da barbárie, na medida em que possibilita a elaboração racional e ética do mal-estar, transformando-o em força de resistência e não em instrumento de destruição. A autorreflexão crítica, nesse sentido, é o antídoto contra a manipulação e a irracionalidade coletiva, permitindo que os sujeitos compreendam as origens estruturais de seu sofrimento e recusem a lógica do ódio dirigido ao outro.

Adorno observa que a história das perseguições demonstra que a violência tende a se dirigir contra aqueles que são considerados socialmente fracos e felizes (p. 122). Por isso, ele enfatiza a importância da educação infantil, especialmente na primeira infância, e a educação dos jovens tanto no campo quanto na cidade.

É necessário dar a importância a linguagem, aos gestos e na violência corporal incontrolada, pois a barbárie e o sadismo social se manifestam no cotidiano, nos jogos, no esporte e nas práticas agressivas e brutais. Comportamentos autoritários e autoridades cegas se repetem, mesmo sob a democracia formal, pois muitas pessoas não estão preparadas para a autodeterminação.

Como pode um mundo tão desenvolvido cientificamente e tecnicamente apresentar tanta miséria? Este é o problema central da educação integral voltada para a emancipação humana: as formas sociais e as soluções racionais que se contrapõem à defesa da vida humana. “O maior

problema é acreditar-se esclarecido sem ser, sem perceber a falsidade de sua própria condição” (MAAR, 2000, p. 15).

O potencial autoritário de figuras públicas ainda provoca encantamento em populações inteiras, sugerindo que o retorno ao fascismo é uma questão social e não psicológica. Dessa maneira, simplesmente relembrar compromissos para combater o que é destrutivo, sádico e desagregador através de conselhos é uma ilusão. Existe uma disposição das pessoas em ficar ao lado do poder, em obedecer ao mais forte. A obediência às normas, a subserviência aos poderosos e o respeito às recomendações indicam uma consciência moral heterônoma que mantém um estado permanente de exceção e comando.

Consequentemente, o único poder efetivo contra a repetição de Auschwitz seria a autonomia, a capacidade de reflexão, o exercício da autodeterminação e a não-participação cega no coletivo social.

Adorno oferece diretrizes para a educação após Auschwitz e diz que é necessário: - prestar atenção ao impacto dos meios de comunicação de massa sobre o estado de consciência, - observar a inclinação à violência, - identificar as tendências de regressão presentes em traços sádicos e reprimidos, - lembrar da relação perturbadora e patogênica manifestada nas relações com o corpo. E afirma: “Quando a consciência é mutilada, isso se reflete no corpo e na esfera corporal de uma maneira não livre e propensa à violência” (ADORNO, 2000, p. 126-27). É essencial não submeter-se ao poder cego dos coletivos, esclarecer sobre os problemas da coletivização e atentar para o sofrimento que esses coletivos causam aos indivíduos, pois a dor física é precursora da violência nazista. A valorização da educação baseada na força, voltada à disciplina e à virilidade como capacidade de suportar a dor, transforma gradualmente o masoquismo em sadismo.

Adorno afirma: “Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo com os outros, vingando-se” (p. 128).

Devemos promover uma educação que não valorize a dor nem a capacidade de suportá-la e que não reprima o medo. A conscientização

sobre o medo de situações reais ajuda a acabar com os efeitos nocivos do medo inconsciente e reprimido.

É necessária uma educação que atente-se ao “caráter manipulador” manifestado na fúria organizativa, na incapacidade de vivenciar experiências humanas diretas, na ausência de emoções, no realismo exacerbado, na pulsão de realizar ações indiferentes aos resultados e no culto ao homem ativo e à consciência reificada. Indivíduos com consciência reificada se veem e veem os outros como coisas (p. 130). Portanto, a tortura é autorizada, representando a adaptação controlada e acelerada das pessoas aos ditames coletivos (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

Precisamos resgatar os resquícios da consciência moral em processo de dissolução, compreender as condições internas e externas que impedem a repetição de Auschwitz, localizar momentos específicos de consciência e inconsciência e compreendê-los como resultados de uma formação social, e não como dados imutáveis.

A consciência reificada se protege contra qualquer mudança, exigindo como absoluto o que existe em um determinado contexto (p. 132).

A relação com a técnica também faz parte da consciência reificada. Atualmente, na dinâmica global, no qual a técnica ocupa uma posição decisiva, as pessoas se ajustam à técnica e se tornam tecnológicas. Adorno diz:

Na relação atual com a técnica existe algo exagerado, irracional, patogênico. [...]. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autopreservação da espécie humanas não fetichizados, porque os fins - uma vida digna encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas. [...]. Não se sabe, com certeza, como se verifica a fetichização da técnica na psicologia individual dos indivíduos, onde está o ponto de transição entre uma relação racional com ela e aquela de supervalorização, que leva [...] quem projeta um sistema ferroviário para conduzir as vítimas a Auschwitz com maior rapidez e fluência, a esquecer o que acontece com estas vítimas. No caso do tipo com tendências à fetichização da técnica, trata-se de pessoas incapazes de amar. Isto não deve ser entendido num sentido

sentimental ou moralizante, mas denotando a carente relação libidinal com outras pessoas. Elas são inteiramente frias e precisam negar em seu íntimo a possibilidade do amor, recusando de antemão nas outras pessoas o seu amor antes que o mesmo se instale. A capacidade humana de amar, que de alguma maneira sobrevive, precisa ser aplicada aos meios. [...]. Seu amor é absorvido por coisas, máquinas. [...] O perturbador é que esta tendência de desenvolvimento se encontra vinculada ao conjunto da civilização. Combate-lo [...] significa uma educação contra Auschwitz (p. 132-33).

A formação humana em nossa sociedade tem originado pessoas indiferentes ao que acontece com os outros, exceto aquelas com quem mantêm vínculos estreitos e interesses concretos, geralmente em núcleos familiares. A busca pelos próprios interesses em detrimento dos interesses coletivos permitiu que Auschwitz acontecesse. A impossibilidade de se identificar com o próximo, a participação oportunista, o interesse prático e o silêncio diante do terror tornam possível a repetição de Auschwitz. A frieza das relações sociais, o isolamento causado pela segmentação e segregação individual e coletiva, e a indiferença frente ao destino alheio são componentes culturais que enfraquecem a capacidade humanizada de amar.

Assim sendo, a atração, o calor humano e as relações diretas entre crianças, jovens, adultos, professores, pais e demais profissionais da educação configuram-se como elementos fundamentais na constituição de uma experiência formativa verdadeiramente humana. Essas interações, permeadas por afeto, diálogo e reconhecimento mútuo, contribuem para a tomada de consciência acerca da frieza e do distanciamento típicos das sociedades administradas, revelando as razões estruturais que motivam tais processos de desumanização. Ao possibilitar o enfrentamento da indiferença e da reificação das relações humanas, a educação assume um papel crucial na reconstrução da sensibilidade e na formação de sujeitos capazes de perceber o outro como um fim em si mesmo e não como um objeto descartável. Nessa direção, o esclarecimento racional, articulado à dimensão afetiva e ética da convivência, edifica instâncias de resistência e cria um campo de intuição crítica sobre o caráter patogênico do terror,

possibilitando redirecionar a fúria destrutiva que se manifestou de forma extrema nos campos de extermínio de Auschwitz.

Desse modo, um projeto contemporâneo de educação integral deve ter como escopo prioritário a formação política das novas gerações, orientando-as para a rejeição de toda forma de opressão e para a prevenção de qualquer repetição de tragédias civilizatórias como Auschwitz. Compreende-se, nesse sentido, que o direito do Estado não pode se sobrepor aos interesses fundamentais da vida dos cidadãos que o legitimam, uma vez que toda estrutura política que despreza a dignidade humana abre caminho para a violência institucionalizada. Pessoas que atuam contra a vida humana, ainda que sob ordens superiores ou em nome de uma racionalidade burocrática, desumanizam a si mesmas e aos seus semelhantes, reproduzindo a lógica mortífera que sustentou os genocídios do século XX. Resistir ao terror, portanto, significa combater o surgimento de “assassinos de gabinete”, na expressão adorniana, bem como de sujeitos subalternizados que perpetuam relações de servidão ao executar práticas genocidas sob o véu da obediência e da neutralidade técnica.

Essa é, em última instância, a agenda urgente de uma educação integral comprometida com a emancipação humana: promover sujeitos que não apenas conheçam os horrores do passado, mas que desenvolvam uma consciência ética, crítica e afetiva capaz de impedir sua repetição. Trata-se de construir uma formação que una razão e solidariedade, crítica e sensibilidade, para que a barbárie não encontre terreno fértil para ressurgir. A educação integral, sob essa perspectiva, torna-se um ato de resistência e de afirmação da vida.

Na contemporaneidade, a preservação das condições que permitem a experiência formativa, o contato com o outro, o desenvolvimento da capacidade de amar, o sentimento de responsabilidade com o próximo, a abertura à história e a manutenção de um trabalho social alternativo e crítico são exercícios educacionais para a emancipação que evitam as condições de extermínio humano.

Assim, a escola deve se posicionar como um ambiente de interações diretas que reconstrói experiências sociais, promove o diálogo, aprofunda práticas democráticas, explicita conflitos e contradições, e reafirma compromissos na defesa da vida.

Nessa abordagem, os conteúdos curriculares e as tecnologias educacionais atuam como mediadores na construção de um projeto sociopolítico e pedagógico que busca o desenvolvimento integral da pessoa, o exercício da cidadania, a preparação para o trabalho e a prevenção da repetição de Auschwitz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A herança de Theodor W. Adorno sobre a educação e a sociedade pós-Auschwitz difunde-se com uma urgência incontornável nos tempos atuais, marcados pela intensificação de processos de desumanização, intolerância e reificação das relações humanas. Sua análise sobre os horrores do Holocausto não se limita a uma investigação histórico-factual, mas constitui um alerta permanente acerca dos riscos iminentes à civilização moderna quando esta abdica da reflexão crítica e se submete incondicionalmente à racionalidade instrumental. Auschwitz, para Adorno, não é apenas um evento passado, mas a expressão extrema de uma estrutura social que reduz o indivíduo à condição de objeto manipulável, legitimando a barbárie sob a aparência de racionalidade. Desse modo, ao enfatizar que a simples transmissão de conhecimentos técnicos ou conteúdos escolares não é suficiente para proteger a humanidade contra a regressão à barbárie, Adorno convoca a repensar a educação como um processo ético-político de formação da consciência, fortalecimento da autonomia e promoção da capacidade de resistência frente às formas sutis e persistentes de dominação.

Nesse horizonte, a escola assume um papel central como espaço de resistência à uniformização cultural e à manipulação social, sobretudo em um contexto onde a indústria cultural tende a produzir subjetividades

conformadas e acríticas. A instituição escolar deve, portanto, contrariar a lógica da adaptação passiva e tornar-se um ambiente capaz de promover o estranhamento frente à naturalização das injustiças e das violências simbólicas. Isso implica reafirmar o valor da diversidade, compreender os conflitos como elementos constitutivos da vida democrática e instaurar um compromisso ético com a defesa incondicional da vida. A educação integral, sob essa perspectiva crítica, alarga as fronteiras da formação para além da dimensão cognitiva, abrangendo também a sensibilidade estética, a responsabilidade social, o exercício da alteridade e a capacidade de amar o próximo como expressão da humanização. Ao articular razão, afeto e ação ética, a educação integral torna-se, assim, um imperativo moral diante das ameaças que persistem no presente, funcionando como um antídoto contra a repetição de experiências desumanizadoras e como um projeto de emancipação capaz de reconstruir o tecido social em bases mais justas, solidárias e democráticas.

Contudo, é preciso reconhecer os perigos da instrumentalização da educação, cada vez mais subordinada a métricas de desempenho e a demandas do mercado, o que compromete sua função emancipatória e reduz a formação a um processo tecnicista. Essa lógica de adaptação fragiliza a possibilidade de autonomia e intensifica a alienação, produzindo condições para novas formas de regressão. Contra essa tendência, a perspectiva adorniana aponta para a necessidade de uma educação crítica, que se assuma como prática de liberdade e resistência.

No cenário contemporâneo, marcado pelo avanço da intolerância, pela intensificação das desigualdades sociais, pela precarização das relações humanas e pela crise ambiental global, a atualidade do pensamento de Theodor W. Adorno se revela incontestável. A persistência de formas de violência estrutural, a naturalização da exclusão social e a ascensão de discursos autoritários evidenciam que as condições que possibilitaram Auschwitz ainda permanecem latentes na lógica de uma sociedade administrada. Nesse contexto, mais do que uma mera reflexão teórica, a proposta adorniana de uma educação integral e emancipatória deve ser

compreendida como exigência civilizatória, capaz de sustentar a dignidade humana e impedir a reatualização de catástrofes históricas. Assim, a educação deixa de ser apenas um dispositivo de transmissão cultural para tornar-se um campo de resistência à homogeneização ideológica, um espaço de reconstrução da sensibilidade ética e uma via para o desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos.

Em última análise, o projeto de emancipação humana delineado por Adorno não se restringe a um ideal acadêmico abstrato, mas se apresenta como tarefa urgente e inadiável para a preservação da vida em sua plenitude e para a construção de um mundo em que a alteridade seja reconhecida como fundamento da convivência democrática. Pensar a educação como espaço de autorreflexão, solidariedade e resistência implica compreender que a emancipação não é uma condição previamente dada, mas um processo contínuo de enfrentamento à barbárie, de reconstrução do senso crítico e de fortalecimento da responsabilidade coletiva. Nessa perspectiva, a formação integral deve contribuir para tornar a barbárie não apenas lembrada como advertência histórica, mas sobretudo tornada impossível como horizonte de futuro. Trata-se, portanto, de promover uma educação que se oponha à naturalização da violência e da indiferença, reafirmando a centralidade da vida, da justiça social e da dignidade humana como pilares de uma sociedade efetivamente democrática e emancipada.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.. **Educação e Emancipação**. 2. ed. SP: Paz e Terra, 2000.

ADORNO Theodor W & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos**. RJ: Jorge Zahar Editores, 1985.

MAAR, Wolfgang L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: **Educação e Emancipação**. 2. ed. SP: Paz e Terra, 2000, p. 11-28